

ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, eminente deputado Manoel Mota, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, gostaria de me reportar ao momento que vivemos no planalto norte. Um momento de expectativa, de angústia, onde as águas do rio Canoinhas e do rio Iguaçu subiram exageradamente. Temos a certeza de que, mesmo com a diminuição de ontem para hoje, a água do planalto norte está fora da caixa do rio, invadindo a nossa comunidade.

Temos no município de Três Barras mais de 100 famílias desabrigadas, no município de Canoinhas mais de 30 famílias desabrigadas e no município de Porto União mais de 150 famílias desabrigadas. Portanto, é preocupante a situação do Planalto Norte.

Queremos agradecer a intervenção do secretário Milton Obus, que lá esteve representando o governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, servindo como tal os préstimos da defesa civil, fazendo levantamentos para que tenhamos a ajuda necessária do governo do estado para o Planalto Norte.

Temos a certeza de que esses recursos não vão demorar um ano ou mais para chegar. Esperamos que haja agilidade por parte da Defesa Civil, para que os municípios possam, sim, dar um atendimento melhor à nossa gente, à nossa comunidade, que ora se encontra em dificuldade, devido à grande quantidade de chuva e enchente que assola o Planalto Norte.

Também gostaria de me reportar à nossa audiência pública de sexta-feira, no município de Canoinhas, sobre a ferrovia. E muito já falamos sobre essa ferrovia, tanto pedimos para o governo federal olhar com carinho para Santa Catarina e para o Planalto Norte.

Temos a certeza de que a ALL, que se fará presente na nossa audiência pública através do seu representante, dando as suas explicações e dizendo o porquê do não investimento em nossa região. Mas temos também a certeza de que a ALL virá com boas notícias para o Planalto Norte, criando o trem que vai fazer a parte turística, chamado assim de trem turístico do planalto norte.

Já temos reivindicações prontas para a ALL, e esperamos ser atendidos. Batemos na tecla da ferrovia que sai de Maracaju, que vem a Porto União, a Mafra, com destino ao porto de São Francisco, ao porto de Itapoá. E de São Francisco que se faça a ferrovia litorânea para Itajaí, que são apenas 70km.

Temos certeza de que esses investimentos ferroviários devem acontecer na nossa região, em

longo prazo, mas é por eles que estamos brigando. É importante já aproveitarmos um leito existente na ferrovia que foi construída há mais de 100 anos. Isso foi muito bem planejado, pois a enchente que assolou o Planalto Norte não atingiu a rede ferroviária, ou seja, naquela época, eles já tinham noção dos perigos da enchente.

É bem verdade que precisamos de uma olhada do governo federal, da presidente Dilma Rousseff. E dizia a representante da ALL que essa empresa paga anualmente ao país a importância de R\$ 120 milhões, mas arrecada mais de R\$ 3 bilhões para investimento em ferrovia. Precisamos ver onde está sendo aplicado esse dinheiro. E que não se esqueçam de Santa Catarina; e não se esqueçam de que têm que dar continuidade ao trabalho ferroviário.

Eu gostaria de me reportar à saúde do município de Canoinhas e do Planalto Norte, uma região que está muito bem atendendo à população nessa área, em relação aos outros municípios e aos grandes centros. Para se ter uma ideia, o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, é o que está em segundo ou terceiro lugar, no estado de Santa Catarina, em cirurgias realizadas pelo SUS.

Temos nesse município cinco ortopedistas que fazem um grande trabalho pelo SUS. Portanto, quero parabenizar esses médicos e o hospital. Para fazer cirurgias pela Unimed, Bradesco Saúde e particular existem muitos profissionais, mas pelo SUS são poucos que o fazem. Portanto, esses médicos de Canoinhas são abnegados, e pelo SUS as cirurgias são realizadas naquele doente que não tem condições financeiras.

Quero falar nos médicos que, neste momento, encontram-se numa manifestação reivindicando melhorias na saúde do país. E para isso acontecer precisamos de condições para atender à população. "Vamos importar médicos", dizem. Que venham eles! Mas que se adaptem fazendo sua prova de conhecimentos no CRM, como nós, para trabalharmos nos Estados Unidos temos que prestar provas difíceis lá dentro. Se vierem médicos de fora, trazendo sabedoria e uma medicina de ponta para o

país e forem aprovados no Conselho Regional de Medicina, estão de parabéns. Mas que não se criem subterfúgios, não se criem novas leis para prejudicar os médicos do país. A nossa defesa aqui é ao médico profissional, e os nossos parabéns também pela regulamentação do ato médico que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Finalmente os médicos estão reconhecidos por um motivo: a profissão do ato médico não era regulamentada no país, e agora foi aprovada pelo Congresso.

Ainda não vi o encaminhamento da presidente Dilma Rousseff, mas temos certeza de que vai encaminhar favoravelmente.

Temos na Assembleia quatro médicos: este deputado, o dr. Volnei Morastoni, o dr. Jailson Lima e o dr. Jorge Teixeira, e tenho certeza de que estamos engajados por uma saúde melhor.

Um grande abraço.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Volnei Morastoni.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, a comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, nossa Casa, criou três subcomissões de trabalho:

Uma subcomissão para tratar sobre as PICs, que chamamos práticas integrativas e complementares na saúde; a segunda subcomissão para tratar da elaboração de propostas para a saúde da população negra; e a terceira subcomissão para tratar sobre alimentação suplementar para os pacientes portadores de câncer. Todas ampliadas com participação de representantes da sociedade civil, da comunidade,

As três subcomissões já estão em pleno funcionamento. Duas delas foram instaladas hoje, e foi dado um prazo de 90 dias, deputado Manoel Mota, para que as subcomissões possam apresentar resultados dos seus trabalhos. Uma delas, a primeira, que já vem desde o ano passado, já tem

excelentes resultados, inclusive é a comissão que se reuniu com representantes e com os deputados que compõem a comissão de Saúde.

O deputado Sargento Amauri Soares, aqui presente, é membro da nossa comissão de Saúde, mais os deputados Antônio Aguiar, Serafim Venzon, Jorge Teixeira que são médicos, quer dizer, temos uma comissão de Saúde em que há quatro médicos integrando a comissão, além dos outros representantes, deputado José Milton Scheffer, deputado Jorge Teixeira. Essa comissão elaborou um anteprojeto de lei que vamos levar ao governador, propondo a implantação das práticas integrativas e complementares na saúde.

O que são as práticas integrativas e complementares? Antigamente se chamava de medicina alternativa. Hoje, não se usa mais o termo medicina alternativa, porque a nossa medicina tradicional, convencional, deve estar junto com essas práticas que chamamos de alternativas, justamente por isso que são chamadas de práticas de integração, porque há uma integração das várias fases da medicina, e complementares, porque elas se complementam.

Um paciente pode consultar normalmente, como sempre consultou no nosso sistema tradicional de saúde, um médico ocidental, mas podemos também ter serviços, instalados na rede municipal, estadual, complementares de homeopatia, acupuntura, plantas medicinais, termalismo. E em nosso estado temos muitas fontes e referências para poder também praticar o termalismo. Na verdade são dezenas, para não falar de mais de uma centena, de práticas que compõem a Saúde e que precisamos integrar, para que todas sirvam de complemento, uma com a outra e não uma contra a outra.

Então, agora, está elaborado esse anteprojeto de lei. Preferimos assim, porque poderia ter sido feito um projeto que fosse apresentado aqui, na Casa, diretamente pelos deputados da comissão, mas para evitar qualquer inconstitucionalidade, estamos levando ao governador uma proposta pronta, a qual ele poderá complementar com os estudos da sua assessoria, da procuradoria. Esperamos que

tenha, então, a vontade política, e acredito que vamos convencer o governador, porque a secretaria estadual da Saúde também já participou da pré-elaboração dessa proposta, para que seja definitivamente implantada essa prática em Santa Catarina.

Nesse sentido, amanhã, na quinta-feira e sexta-feira, nesses dois dias aqui na Casa, teremos a realização do II Seminário de Práticas Integrativas e Complementares da região sul, reunindo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No ano passado foi em Porto Alegre, e tive a oportunidade de participar, representando a nossa comissão de Saúde. E este ano estamos sediando aqui na Alesc, no nosso auditório Antonieta de Barros, um encontro que vai ser muito importante, participativo, com uma programação que recomendo e convido todos os srs. deputados para estarem presentes, no sentido de se interarem com essa proposta que é muito interessante para a nossa saúde.

Quando dizemos que o SUS é o caminho, temos que rever muitos aspectos do modelo assistencial. E dentro dessas práticas do modelo assistencial incluir espaços para as práticas integrativas e complementares, como homeopatia, acupuntura e plantas medicinais, enfim, todas essas práticas. Os profissionais têm uma visão mais holística da saúde, um atendimento mais humanizado, com mais acolhimento, baixo custo, que é importante para a saúde pública, resolutividade e grande satisfação para os usuários que são atendidos.

Portanto, tudo recomenda a sua inclusão no nosso sistema de saúde de Santa Catarina, para que o estado possa compartilhar com os municípios e, em parceria com os municípios, implementar a execução dessas práticas em todo o nosso estado, para assim oferecer à nossa população essa alternativa.

A outra subcomissão está organizada sob a coordenação do deputado Sandro Silva, para dentro de 90 dias apresentar propostas, na área da saúde, para a população negra. Existem especificidades

que precisam ser respeitadas: a Anemia Falciforme, por exemplo, um exemplo de prevalência na raça negra, a Hipertensão Arterial e outras situações. Isso tem que ser visto como uma distinção pelo sistema de saúde.

Temos a Portaria n. 992, de 13 de maio de 2009, que institui a política nacional de saúde integral da população negra. E vamos sistematizar o que já existe de encaminhamentos das políticas nos vários níveis. E se pudermos, depois, também ter uma audiência com o governador, apresentaremos propostas concretas para serem apresentadas ao estado, aos municípios, no sentido da saúde para a população negra.

Por outro lado, fomos procurados por uma comitiva de Jaraguá do Sul, da comissão de Segurança Alimentar daquele município, preocupada com o problema que é de todo o estado. Por isso, criamos essa outra subcomissão importante, que vai cuidar da suplementação alimentar para os pacientes portadores de câncer que estão em tratamento ambulatorial, porque os pacientes que porventura estejam internados a alimentação já faz parte do próprio tratamento e é paga dentro dos procedimentos pagos pelo SUS. Mas os pacientes portadores de câncer em tratamento ambulatorial para quimioterapia e radioterapia, muitas vezes, vêm de vários municípios para um município onde tem esses serviços, ficam horas e horas, uma manhã inteira, um dia inteiro para uma quimioterapia, entre vir e retornar para casa, sem alimentação. Já estão debilitados, enfraquecidos. O sistema imunológico já está deprimido de alguma forma, muitas vezes pelo próprio tratamento. Então, precisamos que o estado possa olhar com mais atenção essa questão da alimentação suplementar.

O nosso pai da Medicina, Hipócrates, 460 anos antes de Cristo, já dizia: "Que o teu alimento seja o teu medicamento". Nós sabemos que a quimioterapia, a radioterapia, todo esse arsenal é importante para o tratamento do câncer, mas uma boa nutrição é a base do tratamento.

Então, esse é um capítulo em aberto que precisamos aprofundar, ou seja, o que existe por

parte do ministério da Saúde. Tenho em mãos um documento do Inca - Instituto Nacional do Câncer - , que trás um consenso nacional de nutrição oncológica, mas não basta estar no papel, queremos tirar do papel e colocar na prática, para que os pacientes da oncologia, que estão em tratamento ambulatorial pela quimioterapia e radioterapia, possam ter a suplementação alimentar devida. E aí, num prazo de 90 dias, a subcomissão criada nesta Casa, com representantes da sociedade civil, de várias comissões de segurança alimentar, do Cepon, da secretaria estadual da Saúde, vai apresentar uma proposta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, o deputado Antônio Aguiar puxou um assunto que precisamos debater. Trata-se da questão dos médicos estrangeiros e do ato médico, um debate em nível nacional.

Quanto à tentativa de paralisação dos médicos no dia de hoje para se contrapor à contratação dos médicos estrangeiros por parte do governo federal, eu diria aqui, com os meus botões, que quando a presidente Dilma Rousseff toma uma medida digna de aplauso tem alguém para ir lá e atrapalhar. Pois esse é o caso específico. E, infelizmente, há também um silêncio por parte de quem precisaria se manifestar a esse respeito, tanto a aprovação do ato médico no Congresso Nacional, aliás, de forma mais ou menos sorrateira, ao corporativismo dos médicos, tentando se colocar como autoridade absoluta numa afronta à autonomia profissional e inclusive científica de outros segmentos, de outras formações.

O ato médico atenta contra a autonomia da enfermagem, que também é um curso superior, da fisioterapia, da nutrição, dentre outras

especialidades. Esse complexo de professor de Deus, que existe em alguns segmentos da sociedade brasileira, também ajuda a emperrar a possibilidade de construção de uma sociedade igualitária e efetivamente fraterna.

A questão dos médicos cubanos está muito clara: é para trabalhar no interior do interior, no interior do mato, onde os médicos formados do Brasil não querem ir. E não vão, mesmo que os prefeitos municipais ofereçam um salário infinitamente superior ao salário oferecido para os médicos que trabalham no sistema público estadual, aqui, nos grandes centros, especialmente na capital.

Nós chegamos à conclusão de que o problema não é nem o salário. O problema é que os médicos preferem ficar perto de um grande centro, onde o serviço público serve, muito mais, para captar cliente para o seu serviço privado do que, efetivamente, para a prestação de serviço público no estabelecimento hospitalar público.

O espaço do serviço público de saúde tem sido usado, e acho que não exagero, pela maioria dos médicos, como aprendizado, porque é lá que está a estrutura pesada, a estrutura cara, para a captação de cliente para as suas clínicas particulares ou para aquelas clínicas onde trabalham ou recebem por convênio ou particular.

Chegamos à situação absurda de irmos a um hospital público e ver uma fila imensa, na emergência, esperando atendimento. E se sair dali, a alguns quilômetros daquele local, o diretor daquele estabelecimento está trabalhando por convênio numa clínica, no mesmo momento. E se fala na necessidade, na imposição, e esse é o discurso, aparentemente, indefensável de que os médicos que fazem o curso de Medicina em outros países têm que fazer uma prova de qualificação para poder trabalhar no Brasil. Tudo bem, nós concordamos. Aliás, devemos e precisamos defender a qualidade cada vez superior de todos os profissionais que prestam serviços essenciais ou todos os serviços. Mas quero colocar o desafio de que seja, efetivamente, feita a prova de

qualificação para todos os médicos que trabalham no Brasil, inclusive os que se formam no Brasil.

Por que não uma prova como da OAB para todos os médicos, independente de onde tenham feito o curso de Medicina? Porque na verdade esse é um argumento para impedir que médicos formados em outros países trabalhem no Brasil. Porque os médicos brasileiros, provavelmente, a maioria deles, não passariam na prova que eles aplicam aos outros. E aí há o corporativismo de uma categoria profissional bastante qualificada, absolutamente necessária.

Faço a ressalva aos inúmeros médicos, e devemos muito a eles, do sentimento de emoção que sentimos em visitar os hospitais pela comissão de Saúde ou em outras circunstâncias, vendo o apego e a vontade de um número grande de médicos que dedicam a sua vida àquele trabalho.

Então, não se trata de generalizar, de fazer uma crítica e de jogar para plateia, muito pelo contrário, estão jogando contra a onda geral. Que é o discurso fácil de que estão lutando pela qualidade dos serviços.

É óbvio que é um paliativo trazer médico do exterior para trabalhar no Brasil. É óbvio que apenas é um detalhe na imensidão de coisas que os governos, em todos os níveis, deveriam fazer para melhorar a saúde da população. Mas vetar isso é continuar deixando a população daqueles recantos mais distantes da nossa sociedade sem o menor atendimento. Também é necessário não tomar nenhuma medida no sentido de dar uma comprimida na reserva de mercado que as corporações médicas estão fazendo com mais essa atitude corporativa.

Mais uma vez todo o nosso respeito aos profissionais de Medicina, mas não têm o direito de sobrepor a profissionais de outras formações de caráter de nível científico, através do ato médico. E não têm o direito de impedir o governo de garantir, mesmo como medida paliativa, a contratação de médicos que aceitem, que topem, trabalhar lá no fim da linha, onde os médicos brasileiros não querem ir, porque lá perto não tem clínica particular, não tem clínica conveniada,

não tem grande público com convênio, com plano privado de saúde.

E esses fatos também precisam ser registrados, porque essa medida da presidente Dilma Rousseff, a meu ver, mesmo paliativa, está correta, apesar de que muitas outras coisas precisam ser feitas na área da saúde, mas está correta. E aí há certos setores poderosos ou bem relacionados trabalhando no sentido de impedir.

Quero, por fim, e esse deveria ser o meu assunto principal da tarde de hoje, fazer registro da manifestação que houve, no último sábado, por parte de familiares do sargento Cláudio e de alguns policiais militares.

O sargento Cláudio foi assassinado há 20 poucos dias, aqui, na capital, no bairro da Costeira, e na ocasião provocou grande indignação nos familiares e companheiros de farda. A manifestação de sábado foi para pedir justiça pelo assassinato do sargento Cláudio.

A versão que foi dada é que houve uma briga de família ou de vizinho, ou seja, foi uma versão que interessa ao assassino. O assassino é profissional do crime. Havia saído do sistema prisional alguns dias antes de cometer o assassinato.

Houve um desentendimento com o sobrinho do sargento Cláudio, porque ele e seus amigos estavam fazendo algazarra naquela comunidade, e por isso o conflito. Assim, o sargento Cláudio foi apaziguar os ânimos e foi recebido com uma pazada na cabeça e em seguida com uma facada nas costas. O filho do sargento Cláudio foi segurado por outros elementos, e alguém meteu a faca duas vezes nas costas dele. Mas até agora não se pediu a prisão preventiva do agente desse homicídio brutal e cruel.

É preciso fazer justiça neste caso, porque essa indignação provoca um sentimento de que as leis e as autoridades não estão preocupadas com o policial honesto, trabalhador, que é morto desta forma, aqui, nesta capital.

Faço o registro de todas as pessoas, inclusive do Roberto Salum, que têm trabalhado nessa matéria. E estamos colocando o nosso mandato à

disposição, junto com advogados, a serviço da família, se for necessário. Inclusive, pedimos as instituições do estado que deem uma solução adequada, porque é indignante saber que o assassino está solto, sendo que se apresentou e foi mandado embora. E agradecemos a todos aqueles que nos têm apoiado nesse pleito, inclusive ao jornalista Roberto Salum, para fazer justiça...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Antes gostaria de agradecer, em nome de todos os deputados da região norte e nordeste de Santa Catarina, entre os quais o meu querido amigo Silvio Dreveck, lá de São Bento do Sul, a presença aqui na Casa, no dia de hoje, do Trade Turístico de Joinville, formado por um número bastante extensivo de autoridades da área, como o diretor presidente da Fundação Turística, sr. Sérgio Roberto Ferreira, o Douglas Hoffmann, gerente de marketing e eventos da fundação, o meu querido amigo Mário Lobo Filho, presidente da Associação Brasileira Agências e Viagens de Santa Catarina, a Maria Conceição Junkes, presidente do núcleo Trade Turístico da Ajorpeme, a sra. Ana Luiza Moeller Wetzell, a Rosicler Dedekind, o vice-presidente dos núcleos e negócios. Todos eles fazem parte do Trade Turístico de Joinville, que muito justamente vem até a capital pedir ajuda dos deputados para encontrarem ressonância das suas reivindicações junto ao governo do estado.

Sejam todos bem-vindos.

Inscrito o deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, meu colega, parceiro, amigo, v.exa. representa o norte catarinense, não só Joinville, mas todos os municípios da região. Inclusive, subindo a Serra

Dona Francisca, mesmo v.exa. não fazendo campanha na região, é reconhecido por seu trabalho, devido à sua brilhante ação como deputado.

Venho à tribuna no dia de hoje porque pensei em registrar mais uma vez, o que já fiz inúmeras vezes nesta tribuna, a falta de investimentos na infraestrutura brasileira, nas rodovias brasileiras, ferrovias, portos, aeroportos.

O Brasil perdeu uma grande oportunidade, principalmente nos anos de 2000 a 2008, onde a economia mundial estava num crescimento muito bom, e a grande maioria dos países cresceu até mais do que o Brasil. Mas perdemos essa oportunidade para fazer as reformas estruturais, seja a reforma política, deputado Altair Guidi, seja a reforma tributária, trabalhista, com o objetivo final de reduzir a burocracia, a carga tributária.

Precisamos de investimentos para aumentar a nossa competitividade no mundo dos negócios, ou seja, exportar mais produtos acabados, que é o que faz a diferença da economia de um país, porque se colocarmos produtos com valor agregado, automaticamente estaremos aumentando muito mais a geração de emprego, de renda, a receita de impostos e conseqüentemente mais investimentos na nossa infraestrutura brasileira.

Depois de ouvir o deputado Sargento Amauri Soares, um conhecedor da área de segurança, o deputado Maurício Eskudlark, que também é da área, eu não posso fazer a minha fala com conhecimento profundo, mas o que lamento, deputado Sargento Amauri Soares, tenho acompanhado e ao mesmo tempo tenho escutado, são as muitas críticas à Polícia Civil, também à Polícia Militar, porque o bandido é preso, dá um depoimento e vai embora, enfim, se não tem 18 anos, pode matar e não acontece nada, pois não temos um sistema prisional adequado, ou melhor, a lei não permite que se prenda.

Posso estar enganado, mas acho que sofremos de uma legislação que permite uma ação tanto da Polícia Civil, mas mais da Polícia Militar... Se não modernizar as leis existentes no Brasil, vamos continuar com esse problema, este é o meu pensamento.

A polícia faz o seu trabalho, mas a lei não permite que o cidadão seja preso. Ela dá direitos, dos mais diversos, para responder pelos seus crimes em liberdade. E muitas vezes passa o tempo, e o cidadão continua na sociedade cometendo crimes da mesma natureza ou até, digamos, mais elevado, deputado Altair Guidi.

Perguntaram esses dias se somos favor ou contra da alteração da penalidade para o menor infrator.

Deputado Nilson Gonçalves, no meu pensamento, acho que uma pessoa que mata outra por motivos fúteis, e às vezes sem motivo, se tem 80 anos, 16 anos ou 14 anos, algum tipo de punição tem que ter, senão a impunidade nos leva cada vez mais à prática do que está acontecendo hoje no Brasil, dos crimes, como eu já disse, dos mais diversos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não! Ouço o deputado Sargento Amauri Soares, que é um especialista no ramo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, pela generosidade, mas é bondade sua deputado Silvio Dreveck. Gostaria de dizer que também já nos pronunciamos neste sentido, evidentemente com pontos de vista diferentes em alguns aspectos.

Talvez a legislação precise ser reformulada, mas existe, sim, um sentimento nacional, de muitas autoridades, de que é preciso prender menos. Agora, condenado a menos de quatro anos não vai para a cadeia. Nesse caso específico o cidadão é cheio de condenação e processos na Justiça, comete um homicídio, mas ninguém pede a preventiva dele.

Acho que a autoridade poderia usar a legislação em favor da manutenção da segurança para a sociedade, mas não o faz.

Muito obrigado pelo aparte, e este é o meu registro concordando com o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, pois sua manifestação contribui para a minha fala e o meu pensamento. O que não podemos é ficar,

principalmente a quem compete legislar sobre a matéria, esperando mais manifestações, mais movimentos, porque uma hora ele vai chegar neste assunto também.

Então, o fato é que deveria haver, e deve haver, iniciativa nesse sentido, porque senão cada vez mais essa insegurança às pessoas de bem só vai aumentar, porque a impunidade leva à prática de outros crimes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário é destinado ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de usar esta tribuna, na tarde de hoje, para falar acerca de um programa que a bancada feminina gravou ontem, programa contemporânea, no qual a Alicena é âncora. Esse programa tem trazido o debate sobre a questão das mulheres de uma forma muito interessante, no sentido do empoderamento feminino. E ontem, no desenrolar do programa que estávamos vendo, eu, a deputada Luciana Carminatti, a deputada Dirce Heiderscheidt mencionávamos algumas dificuldades que o estado de Santa Catarina tem na implantação efetiva da Lei Maria da Penha.

Em Santa Catarina temos uma Defensoria Pública muito aquém do que é necessário. E é preciso lembrar que a Lei Maria da Penha tem seis artigos que pressupõem a existência da Defensoria Pública, portanto, para nós mulheres é uma ferramenta essencial na proteção, particularmente na prevenção à violência contra as mulheres. Mas falta ainda outros equipamentos.

Em Santa Catarina não dispomos de casa abrigo para mulheres vítimas de violência. Na grande Florianópolis não temos nenhuma casa abrigo. Nós não temos, Shirlei, companheira do Movimento de Mulheres, uma única Delegacia da Mulher. Aqui temos é a delegacia de desgraçados de toda ordem, é mulher, idoso, menor em conflito com a lei, ou

seja, uma série de desafortunados legais de toda ordem, congregados, todos, numa delegacia.

Portanto, na verdade, não temos uma única delegacia da mulher no estado de Santa Catarina. Temos delegacias que também atendem às mulheres, mesmo assim essas delegacias vivem à margem da possibilidade de realmente desempenhar o trabalho que lhes compete, pela dificuldade que têm no seu efetivo.

Mais recentemente temos abordado com alguns integrantes da base do governo e também com alguns secretários que se dispõem ao diálogo que há necessidade de preencher a Coordenadoria Estadual da Mulher. Há meses não temos uma responsável pela formulação de políticas públicas para mulheres, no estado de Santa Catarina. Não há custo, portanto, não é de ordem financeira, não é um problema de quadros. E tenho certeza de que entre tantos partidos aliados, obviamente, há de haver uma mulher com compromisso com a causa das mulheres. Então, só nos resta supor que há um total descomprometimento do governo do estado na política para as mulheres.

Temos, por exemplo, a Casa da Mulher Brasileira, uma ferramenta nova, que a secretaria nacional de política para as mulheres tem incentivado sua feitura. E precisamos disso no nosso estado, mas não temos quem articule as políticas públicas das mulheres no estado de Santa Catarina, um estado que tem apenas uma secretária de estado, a deputada Ada De Luca, no primeiro escalão.

Temos apenas quatro secretarias nas dezenas de secretarias regionais e não temos nenhuma mulher à frente da Coordenadoria da Mulher.

A bancada feminina tem se ressentido disso, porque no governo do estado não temos nenhuma interlocução. Não é um problema de finanças, é um cargo vago, e o governo não se dispõe a nomear uma mulher. E reiteramos o apelo ao governador para que preencha rapidamente, porque já demorou, esse espaço da coordenadoria da mulher. Mais do que isso, que seja finalmente uma mulher que tenha de fato interlocução com o movimento das mulheres,

que tenha um histórico, que compreenda a luta das mulheres e não seja apenas mera repartição das áreas de influência dentro do governo.

Temos acompanhado nos últimos tempos uma total desarticulação no campo da política para as mulheres no estado de Santa Catarina. O pouco que se construiu vem sendo desarticulado, e isso está diretamente ligado à inoperância do governo de estado em nomear sua coordenadora para política de mulheres no nosso estado. É bom lembrar que essa mesma coordenadoria foi implementada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, atendendo a um apelo das mulheres, no dia 08 de março, no Tribunal de Justiça, quando ele se comprometeu e assinou efetivamente o decreto da constituição dessa coordenadoria, que, na verdade, não aconteceu. A coordenadoria nunca teve de fato envergadura política capaz de cumprir o seu papel, de articular as políticas públicas para as mulheres dentro do governo do estado de Santa Catarina.

Não por acaso, sr. presidente, o estado de Santa Catarina é o que tem a maior desigualdade salarial entre homens e mulheres no país. Ostentamos índices assustadores de violência contra a mulher, e o nosso estado ainda é o que tem maior desigualdade na participação política de mulheres. Por isso, propomos dois projetos de lei tentando buscar que as mulheres, tendo mais protagonismo político, possam ocupar mais espaço.

Pedimos, então, ao governador do estado que tome a providência de nomear a coordenadora de mulheres.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, ocupamos a tribuna na tarde de hoje com muita alegria para relatar

aos senhores e, principalmente, aos moradores da região da Amfri, que hoje, deputado Volnei Morastoni - e v.exa. não pôde participar porque estava presidindo a comissão de Saúde, mas também é solidário com a nossa luta -, tivemos a oportunidade de ter uma audiência com o nosso querido reitor da Udesc para fazer os encaminhamentos da continuidade da nossa tão sonhada universidade pública e gratuita na nossa região.

Esse trabalho, senhores e senhoras, começou no ano de 2003. Lutamos, então, na época com o professor Diomário de Queiroz, e depois com o Anselmo, o Sebastião e o professor Amilton Tomaz, e conseguimos um curso para Balneário Camboriú, que foi o de Administração Pública.

Sabíamos que depois desse curso iríamos trabalhar por um campus, deputado Volnei Morastoni. E o então prefeito Rubens Spornau, e agora o prefeito Edson Dias, fez a doação do terreno para a construção do campus - e a Udesc comprou mais um pedaço - e hoje a realidade de Balneário Camboriú e da região é que existe a Udesc lá instalada que oferta a graduação universitária em Engenharia do Petróleo, mas num local alugado - não é no campus próprio que a Udesc tem naquela região.

Nós fomos lá, deputado Volnei Morastoni, mesmo com a sua anuência também, mas com a sua solidariedade, conquistar, além dos cursos que virão, também o nosso campus. E para a nossa alegria e satisfação, o reitor, muito solidário e, com certeza, vendo a necessidade, fez um trabalho junto à bancada federal, aos deputados e senadores, e já tem recurso especificado de emenda de bancada para a Udesc. Não necessariamente para o campus de Balneário Camboriú, mas o reitor, sensibilizado com os nossos pleitos e com a necessidade da região, está, sim, viabilizando uma parte desses recursos para começarmos o campus da Udesc em Balneário Camboriú.

Fora isso, srs. deputados e deputado Volnei Morastoni, também estamos pleiteando junto ao secretário da Educação. Já estivemos em audiência

com o professor Eduardo Deschamps, que também é solidário às nossas causas. E o reitor, hoje, também se colocou à disposição para que possamos colocar mais uma parte do necessário recurso dentro do Pacto por Santa Catarina, especificamente dentro do Pacto da Educação.

Então, dentre as várias conquistas que a Amfri está conseguindo, como a ampliação do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen; a duplicação da rodovia Antonio Heil, a estrada que liga Brusque a Camboriú; o nosso tão sonhado centro de eventos no município de Balneário Camboriú; os cinco colégios estaduais, dos quais três na cidade de Itajaí, um em Navegantes e um em Balneário Camboriú, vem se somar também agora o nosso campus da Udesc.

Sabemos que uma obra dessa complexidade, com esses recursos, não é um caminho tão fácil de ser trilhado. São várias portas que necessitam ser abertas, são várias reuniões que precisam ser feitas, mas, com certeza, estamos encontrando, além das portas abertas, as convergências nas nossas conversas da responsabilidade do governo Raimundo Colombo, e, principalmente na área da educação, voltada a essa necessidade e a esse pleito.

Surpreendeu-me, deputado Volnei Morastoni, saber que hoje, fazendo uma análise com o reitor da Udesc sobre o vestibular, o nosso curso de Engenharia Petróleo é o mais procurado dentro da Udesc, superando a casa dos 20 a 21 candidatos por vaga, superando até a engenharia de Joinville, que, proporcionalmente, bate no mesmo ponto porque lá são mais vagas.

Então, veja bem, é um curso que tem dois ou três anos, não tem mais do que isso, na nossa cidade, que está superando todos os demais cursos da Udesc em termos de procura e demonstrando a importância desse profissional no mundo de hoje, na nossa realidade socioeconômica ambiental.

Fico feliz e quero aqui dividir essa felicidade com esta Casa, devido à importância que isso representa para a nossa região. E quem é professor ou quem já cursou uma faculdade sabe que

muitas vezes sonhamos em poder ter um curso de graduação, até tecnólogo, mas que seja gratuito. E enxergamos na Udesc, principalmente para os nossos jovens, o tão acalentado sonho de um dia poder cursar uma universidade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM- Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo deputado Dado Cherem, quero parabenizá-lo por essa sua iniciativa de estar se colocando à frente desse movimento. Nós estamos juntos, e v.exa. já justificou que hoje não tive a oportunidade de estar nessa reunião em função da nossa comissão de Saúde, onde tivemos aqui a instalação de duas subcomissões, uma para cuidar da saúde da população negra e outra para cuidar da questão do suplemento de alimentação dos pacientes oncológicos, em tratamento ambulatorial com quimioterapia e radioterapia. E também estamos apresentando o anteprojeto pronto das práticas integrativas e complementares na saúde, que vamos levar ao governador.

Então, existe a importância da Udesc para todo o estado de Santa Catarina, especialmente na nossa região da Amfri, que esse sonhado campus possa realmente se tornar realidade. Hoje está em instalações ainda secundárias, acanhadas, até para a importância dos cursos.

Tenho acompanhado também que o curso de Administração Pública é um dos mais procurados. Inclusive, houve uma grande mobilização da juventude estudante da Udesc pela manutenção do curso.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Obrigado, deputado Volnei Morastoni, v.exa. colocou muito bem que, em relação ao curso de Administração Pública, é uma luta dos alunos, dos professores, da própria comunidade. E nos dias de hoje, deputado Volnei Morastoni, em que a população clama por serviços públicos de qualidade, estamos ofertando uma mão-de-obra nesses cursos.

Para encerrar, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, também quero aqui relatar o bom momento que o PSDB de Santa Catarina vive e viveu, principalmente na manhã de ontem, no encontro com os prefeitos e vice-prefeitos, quando praticamente sacramentou a indicação do senador Paulo Bauer para a Presidência do PSDB, com o gesto praticado pelo deputado Marcos Vieira, de declinar do seu nome, tornando a indicação do senador Paulo Bauer unânime. Desejamos a ele toda boa sorte!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres senhores deputados, que bom que está presente a deputada Ana Paula Lima, uma deputada que se envolve diretamente nas questões da saúde não só da sua região, mas do estado de Santa Catarina. Também está aqui o deputado Volnei Morastoni que tem uma história de luta não só a favor da pesca, mas principalmente a favor da saúde pública em Santa Catarina.

Hoje é um dia, deputada Ana Paula Lima, que os médicos estão se manifestando a respeito da proposta do governo de trazer médicos do exterior para trabalhar no Brasil, em regiões que os médicos não querem ir.

Hoje de manhã, tive a oportunidade de ler um editorial muito bem escrito pelo meu amigo e um dos grandes médicos de Santa Catarina, que já foi vice-prefeito dessa cidade, vereador, um grande profissional e um grande cidadão, dr. Ricardo Baratieri. Ele faz uma análise de que a maioria dos médicos que estudam na universidade federal, principalmente escola pública, são dados que ele cita no editorial, vieram de escolas privadas.

Eles frequentam as nossas universidades, deputado Dado Cherem, v.exa. que também é médico, se formam na escola pública e geralmente, segundo

dados do editorial, são de classe média alta e preferem ficar trabalhando em Florianópolis.

Existe um projeto de lei do senador Cristovam Buarque, que diz que estudante de escola pública de Medicina tem que fazer um pré-preparo ou um trabalho de dois anos no interior do estado, nas regiões onde os médicos não querem ir. Claro, por falta de estrutura, pela distância, pelas condições às vezes difíceis dos municípios que estão no interior, deputado Moacir Sopelsa. Mas eu acho importante esse projeto de lei, porque se estuda gratuitamente numa universidade pública, a grande maioria, segundo dados do próprio médico, oriunda de classe média alta. E não estou afirmando que eles trabalhem de graça no interior. Não, eles vão ganhar, mas vão trabalhar no interior do estado.

Eu acho interessante que o Senado e o Congresso Nacional, de uma maneira geral, a Câmara Federal, está com uma pressa danada para dar uma resposta para a nação brasileira. É importante que dê, que aprove esse projeto também.

Não estou aqui defendendo a vinda de médicos do exterior para cá, porque tenho muitas dúvidas se essa é a solução.

O governo não reajusta a tabela do SUS há 12 anos, e durante esses 12 anos já se corrigiu o preço dos remédios três vezes, os quais são fabricados por grandes multinacionais. Não corrigem a tabela da SUS, principalmente para atender aos hospitais filantrópicos das nossas irmãs, espalhadas por toda Santa Catarina, os hospitais privados e também os hospitais públicos, onde uma consulta médica não chega, se eu não me engano, a R\$ 30.

Imaginem se um cidadão do SUS consegue fazer uma ressonância magnética. O SUS paga tão pouco que não tem.

Essa proposta do editorial do nosso companheiro Ricardo Baratieri tem que ser levada em consideração.

O promotor de Justiça, quando faz um concurso para ser juiz, ele não passa por toda uma via sacra, começando lá pelo interior do estado? Vai

se aproximando da capital pelas condições de vida melhor, essa coisa toda? Por que um médico que se forma em uma universidade pública não pode fazer um estágio probatório, recebendo dinheiro, no interior do estado?

Acho que o projeto do senador Cristovam Buarque é uma boa alternativa. Esse projeto não vai resolver o problema. Mas é esse projeto, é o reajuste da tabela do SUS, é a má gestão no trabalho da saúde pública, no Brasil. E não estou falando somente do governo federal, mas da má gestão dos estados, das prefeituras municipais, estou falando do corporativismo médico que também tem que ser levado em consideração.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. deputado, v.exa. toca numa questão extremamente importante e dá como exemplo um juiz de Direito, alguém que passa num concurso e começa, em primeira instância, a carreira de juiz, lá na mais longínqua talvez das comarcas de qualquer estado brasileiro. Por que ele vai para lá e por qual motivo ele de lá sai para outras comarcas e exerce a sua função de juiz? Porque para lá, deputado Edison Andrino, ele leva a ferramenta necessária para o exercício da função, que é o Código de Processo Penal, o Código Civil, enfim, os livros necessários para, se constatando um crime, um delito, ou para resolver uma questão, ele tem esses livros, diferentemente do que acontece com um médico.

Hoje estava escutando uma entrevista do grande médico Cyro Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, e ele dizia que não adianta pagar R\$20 mil para um médico ir para o interior do estado. Por quê? Uma pessoa vai até o médico e diz que está com dor no peito. E o médico fica em dúvida se ele está sofrendo um enfarte e pede um eletro. Mas não tem equipamento no posto de saúde. Então, o médico não vai, porque não tem como diagnosticar a doença. Ele pode ganhar bem, quer ir, mas infelizmente o governo não dá a

devida infraestrutura para que possa exercer a Medicina, diferentemente de um juiz que tem lá a sua jurisprudência. Essa é uma das principais razões.

Outra questão é a tabela SUS, o maior cancro da saúde no Brasil. Veja que um leito de UTI é bancado pelo SUS na faixa de R\$400,00, conquanto que por aí custa entre R\$800,00 e R\$1.000,00. Certamente 10% do PIB resolvem a saúde.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira. Incorporo o seu pronunciamento à minha fala.

Ouçó a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - O que o deputado Marcos Vieira falou é inadmissível. Eu concordo realmente com o projeto do deputado Cristovam Buarque. E teria que dar um retorno à sociedade, sim, para aqueles que estudam em escola pública, que os médicos deveriam ir para o interior do estado e do Brasil para exercer a Medicina.

Mas quero dizer que essa proposta da nossa presidente Dilma Rousseff é, inclusive, um pedido da Frente Nacional de Prefeitos, não somente de municípios pequenos. Por exemplo, na minha cidade de Blumenau, fechou a pediatria do Hospital Santo Antônio. Lá tem todas as condições de trabalho, mas não tem médico, e é um grande centro de atendimento de saúde. O prefeito de Brusque está pagando uma fortuna para um médico e não tem o suficiente. E em vários municípios do interior do nosso Brasil não tem sequer um médico para trabalhar ganhando R\$30 mil. É essa a discussão.

Penso que esse debate é importante, porque agora a categoria médica irá fazer a discussão desse problema também, para dizer que tem que ir para o interior do estado. E se houve avanço nas escolas de Medicina, foi no governo do presidente Lula e da Dilma, eis que nunca se abriu tanto curso dessa área para formar esses profissionais que o Brasil precisa. Mas essa é uma discussão mais ampla, sr. deputado.

O Brasil é um país que menos importa profissionais, a exemplo do Canadá e da Europa. E muitos profissionais médicos que se formaram no Brasil também estão exercendo a profissão em outros países. É uma medida emergencial, pois temos que garantir a saúde, o atendimento médico à nossa população. De repente, daqui a alguns anos, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que é médico e pediatra, vamos ter esses profissionais no atendimento. Mas é um processo emergencial, tanto é que eles vêm para atender a essa demanda e não vão ficar em nosso país, porque o diploma não será validado.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Deputada Ana Paula Lima, agradeço a sua contribuição e acho que v.exa. tem razão em parte. Só que esse debate já podia ter sido provocado pelo governo federal, pela presidente Dilma Rousseff ou pelo ministério da Saúde.

Concordo em parte com v.exa. que os médicos não querem ir para o interior, apesar de que Brusque não é interior. Brusque é uma grande cidade. Se chamar Brusque de interior, o deputado Ciro Roza vai ficar chateado, porque não é interior.

Não adianta o médico ir para o interior, porque não há como fazer os procedimentos médicos pela tabela do SUS, é complicado. É o maior complicador da saúde hoje, ou um dos maiores complicadores, a tabela do SUS. Quem é médico aqui sabe que é verdade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Edison Andrino, o grande mérito já é o debate que está sendo feito, mas terá que se aprofundar inclusive para os cursos de Medicina que estão formando profissionais. Que profissionais estão sendo formados? Para qual mercado? Para as necessidades da saúde da população brasileira? Caso contrário, estamos formando apenas cada vez mais especialistas, que são necessários, lógico,

mas temos necessidade, muitas vezes, de um médico clínico. E não precisa de grandes aparatos, não, pois a clínica é soberana. Não há nada que substitua a clínica. E hoje se está substituindo a clínica por equipamentos, por exames.

Então, é verdade quando se diz que tem que ter estrutura, é lógico, precisa ter, se tiver é melhor, mas grandes porções do Brasil estão conclamando a necessidade de médicos clínicos para fazer aquele primeiro atendimento. E hoje, 80%, 90% dos problemas são resolvidos numa atenção básica, sem grandes aparatos.

Ninguém quer ir para o interior, e 70% dos médicos catarinenses estão concentrados no eixo Florianópolis, Itajaí, Blumenau e Joinville. No Brasil estão concentrados no eixo Rio/São Paulo, nas capitais. Então, tem que debater. E a questão de importar médicos é uma realidade também normal na Inglaterra, nos Estados Unidos e pelo mundo todo. Então, esse debate é muito mais amplo e mais profundo, inclusive sobre os profissionais médicos e outros profissionais da saúde, porque não são só médicos, porque a saúde também é um trabalho de equipe que estamos formando.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Andrino, acho que o debate realmente é importante. É um tema que está latente na opinião pública brasileira, nos meios da área da saúde. São várias condicionantes que dificultam tudo isso, desde a opção de vida, da qualidade de vida daquela família, porque não pode só pensar no médico, pois aonde vai o médico vai a sua família, a sua mulher, os seus filhos que preferem morar numa região na faixa litorânea. Esse é um lema familiar pessoal. O segundo problema tem a ver com a questão salarial e estrutural.

Também pesa ser médico 24 horas por dia, sete dias por semana, 30 dias por mês, numa cidade com seis mil, sete mil habitantes, que tem apenas um profissional para atender a toda população.

Então, não se consegue parar. Entra num nível de estresse extremamente profundo. Há a questão salarial. Vou citar aqui o exemplo do prefeito Alcimar de Oliveira, conhecido como Kiko, de São Domingos, que oferecia na época, não vou falar hoje porque não sei mais, mas na época que fui secretário estadual da Saúde ele oferecia de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil e não conseguia um profissional para trabalhar.

Então, deputado Edison Andrino, o grande problema mesmo é o subfinanciamento da saúde. O que tem que ser feito? Uma política voltada para os médicos, seja federal ou estadual, uma política voltada para os conveniados com a rede SUS, área hospitalar. E se hoje existe uma demanda reprimida ou ausência de médicos, defendo a profissão de médico como carreira do estado como é hoje a de juiz e promotor, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a sua contribuição a este tema tão importante, até em função da paralisação dos médicos hoje no Brasil inteiro. E aproveitando o momento, sr. presidente, quero cumprimentar de novo aqui, quem sabe, o futuro deputado Ricardo Baratieri, que me fez vir à tribuna com o seu editorial. É importante o que ele justifica aqui, pedindo ao Senado que aprove o projeto do senador Cristovam Buarque, passo importante para amenizar um pouco a situação da saúde pública no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de também fazer uma manifestação sobre saúde. Vou fazê-la, não que o debate anterior não estivesse

interessante, mas quero abordar aqui outro aspecto relacionado à área da saúde. Inclusive quero comemorar uma conquista importante, que é o anúncio pelo ministério da Saúde que passa a incorporar a vacina contra o HPV ao SUS. Meninas de dez anos e 11 anos serão protegidas contra variáveis do vírus responsável por 70% dos casos de câncer de colo de útero.

Esse anúncio foi feito pelo ministério da Saúde, na última segunda-feira, que é a incorporação ao Sistema Único de Saúde da vacina contra o Papilomavirus (HPV), usado na prevenção de câncer de colo de útero. E a previsão é para o início de 2014.

Quero destacar que é uma grande conquista. Até já havia lutas nesse sentido. Inclusive, tramita no Senado o Projeto de Lei n. 6.820/2010, de autoria da então senadora, hoje ministra, Ideli Salvatti, que altera na proposta do projeto a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento da vacinação HPV à população.

Então, o anúncio da incorporação dessa vacina pelo ministério da Saúde é extremamente importante. E não poderíamos deixar de registrar também que agora feita essa conquista novas demandas, com certeza, virão. E a demanda seguinte é que, atendidas essas meninas de dez anos e 11 anos, possam ser estendidas a todas as mulheres, independente da faixa de idade.

Só para termos uma ideia, essa medida vai beneficiar, em Santa Catarina, 100 mil meninas. É a primeira vez que a população terá acesso gratuito a uma vacina que protege contra o câncer.

Esse é um destaque que queríamos fazer aqui, pois a estratégia de vacinação, no meu entendimento, está correta. E serão aplicadas através de autorização dos pais ou responsáveis, junto com as escolas, principalmente com relação à primeira dose. Essa é uma ação importante e uma metodologia, uma estratégia interessante para atingir o público alvo e conseguir ampliar a adesão e a proteção contra o HPV. E essa imunização vai ocorrer nas escolas e nas unidades de saúde, o que será importantíssimo.

Quero também destacar que no ano passado o investimento na expansão de serviços para tratamento do câncer, na rede de saúde pública, foi de R\$ 2,4 bilhões. E 78% do total foram da faixa etária prioritária.

Citei dias atrás um caso, claro, de forma genérica, sem me referir nem à cidade nem às pessoas, sobre uma pessoa que tem um plano de saúde e foi acometida de um câncer, obviamente pego de surpresa. E como o seu plano não cobre o atendimento, está sendo tratada no SUS, onde foi prontamente atendida. Esse é um exemplo importante de como se precisa valorizar o Sistema Único de Saúde. Neste caso específico foi o SUS que veio em socorro dessa pessoa que inclusive possui um plano de saúde.

Quero também destacar uma ação do ministério da Saúde, o Plano de Expansão dos Serviços de Radioterapia, com a aplicação de R\$ 506 milhões na criação de 41 novos serviços de radioterapia e ampliação de outros 39. Cada um dos 80 serviços de radioterapia receberá um aparelho Acelerador Linear. Enfim, acho que conquistas como essas precisam ser comemoradas, assim como entendo que foi importante, na noite de ontem, o Senado confirmar a votação da destinação dos *royalties* do petróleo para a educação e a saúde. Acho que foi uma conquista importante e espero que o quanto antes - essa lei terá que ser revisada pela Câmara em função de algumas alterações - possa ser sancionada e garantir os recursos para essas áreas prioritárias.

Quero, por fim, aproveitando a fala da deputada Angela Albino que fez uma manifestação nesta tribuna, informar que amanhã será votado no Senado o relatório da senadora Ana Rita sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil, com algumas recomendações para Santa Catarina, recomendações estas que a deputada Ana Paula Lima anunciou aqui em plenário. Assim, gostaria de fazer esse registro.

Para encerrar quero reafirmar e comemorar esse anúncio da incorporação da vacina do HPV ao SUS e

esperar que atinja o maior número de meninas possível. Como disse, neste estado, serão mais de R\$ 100 mil beneficiadas e, depois de atingido esse público prioritário, esperamos que possa ser extensivo a todas as mulheres brasileiras.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Esse é um assunto que precisamos debater bastante, e essa seria uma vacina preventiva. Mas, deputado, alguns municípios catarinenses estão dando bom exemplo, e cito um aqui próximo. Em São Pedro de Alcântara, as meninas e os meninos já estão sendo vacinadas com a vacina antiHPV. Acho bela a sua fala, a preocupação que tem pela saúde e pela questão da CPMI que relatou que o governo do estado, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público têm que se adequar para proteger as mulheres com a Lei Maria da Penha. Parabéns!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado!

Com relação a esses municípios, quero dizer que os administradores não precisam ficar esperando que todas as decisões venham do poder central; os administradores podem tomar a linha de frente e fazer programas especiais. E quero citar que, quando prefeito, também fizemos uma legislação municipal especial em relação, por exemplo, a hepatites. E que não há necessidade sempre de esperar que seja o ministério da Saúde. Agora, claro que a ação maior, partindo do ministério da Saúde, parte de uma ação nacional, vira política pública nacional de saúde e, portanto, essa incorporação da vacina HPV ao SUS é uma das questões importantíssimas que foram decididas, agora, nos últimos tempos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s:

0064/2013, 0146/2013, 0164/2013, 0178/2013, 0184/2013, 0210/2013, 361/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0058/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0224/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0398/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0081/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apaes e da Federação Catarinense das Apaes, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de dezembro, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, apenas para destacar que essa é uma homenagem a todos os profissionais voluntários que se dedicam a uma causa muito nobre em Santa

Catarina, que é a defesa dos direitos da pessoa com deficiência, sobretudo aqueles matriculados nas quase 200 Apaes espalhadas em Santa Catarina. E o dia 20 de dezembro foi escolhido, porque neste dia foi sancionada em Santa Catarina a Lei do Fundo Social, de autoria do ex-deputado Julio Garcia, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, que se não resolveu, evidentemente, a situação financeira das Apaes mas deu uma autonomia muito importante para que essas instituições, espalhadas em todo o estado, possam atender com mais qualidade a essa demanda em nosso estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram

Aprovado.

Chamo a atenção dos srs. parlamentares que estão nos gabinetes para que compareçam ao plenário, para que haja a viabilidade de votarmos os vetos, pois ainda não temos quórum suficiente.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0159/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Beth Hayôtser, de Rodeio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0168/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação e Prevenção do

Alcoolismo e outras Drogas (ARAD), do município de Canoinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0085/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que institui o Dia Estadual dos Profissionais e Voluntários das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), Associações de Pais e Amigos do Autista (Amas), Associação de Pais e Amigos dos Surdos (Apas) e das demais instituições especializadas no atendimento à pessoa com deficiência, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de outubro, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0191/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que altera o art. 1º da Lei n. 15.023, de 2009 (execução dos Hinos Nacional Brasileiro e do estado de Santa Catarina). Dentro deste projeto foi apensado o PL n. 0256.1/2012.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, apenas para fazer aqui o encaminhamento de votação e pedir o apoio dos srs. deputados e sras. deputadas.

Essa matéria há muito tempo tramita nesta Casa, no sentido de que outros deputados também tiveram essa iniciativa e foram apensados vários projetos, a fim de regular a execução do hino de Santa Catarina nos eventos.

É uma medida necessária para popularizar o nosso hino. E tenho a apresentação de plebiscito que foi aprovado por unanimidade de mudar o hino de Santa Catarina ou não, mas enquanto perdurar o atual hino temos que tentar popularizá-lo.

Essa é uma forma de, nos grandes eventos de nosso estado, ser feita a execução do nosso hino de Santa Catarina, a exemplo do que vimos em outros estados, como no estado vizinho do Rio Grande do Sul, onde há uma comoção quando vê, num evento esportivo acontecendo naquele estado, o seu hino executado, quando todos cantam com fervor, paixão, o que não é o nosso caso em Santa Catarina.

Então, é uma forma de popularizar o nosso hino.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0214/2012, de autoria do

deputado Darci de Matos, que institui o Dia da Fitoterapia no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que registrem a presença, para verificarmos se temos quórum para deliberar os vetos.

(Procede-se à verificação de quórum por meio eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	pres
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	pres
DEPUTADA ANGELA ALBINO	pres
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	pres
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	pres
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	pres
DEPUTADO GELSON MERISIO	pres
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	pres
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	pres
DEPUTADO JAILSON LIMA	pres
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	pres
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	pres
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	pres
DEPUTADO KENNEDY NUNES	pres
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	pres
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	pres
DEPUTADO MAURO DE NADAL	pres
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	pres
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	pres
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	pres
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	pres
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	pres
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	pres
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	pres

Registraram presença 24 srs. deputados.

Há quórum para deliberação. Vamos deliberar sobre os vetos.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0778/2013, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/12, que assegura prioridade na tramitação dos procedimentos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com deficiência.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, eu peço a retirada de pauta da apreciação desse veto, com o consentimento do líder do governo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A pedido do autor, está retirada de pauta essa mensagem de veto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Romildo Titon da mesma forma, eu gostaria de consultar v.exa. e os srs. líderes para que pudéssemos retirar de pauta a Mensagem n. 0792/2013.

Deputado, estou tratando com o governador e há uma possibilidade de contemplar pelo menos parte do nosso projeto de lei. E acredito que até a próxima terça-feira vamos conseguir. Se fosse possível atender ao nosso pedido e retirar da pauta do dia de hoje, seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - É um direito que assiste ao parlamentar.

Está retirada de pauta.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a pedido do deputado Dirceu Dresch, autor dessa matéria, que não pode estar presente na sessão de hoje, pedimos a retirada das Mensagem n.s 0789/2013, 00837/2013.

Também, sr. presidente, por gentileza, pedimos a retirada da Mensagem n. 0853/2013, a projeto de nossa autoria, porque também estamos debatendo esse projeto com o governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A Mensagem n. 0853/2013?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Presidente deputado Romildo Titon, são as Mensagens n.s 00853/2013 e 00789/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Estão retiradas de pauta as Mensagens n.s 0853/2013, 0837/2013 e 0789/2013.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0821/2013, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0019/2012, que institui no

âmbito do estado de Santa Catarina o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sr. presidente, eu não falo aqui em nome do deputado Carlos Chiodini nem do deputado Altair Guidi, mas entendo que tem que ser isonômico o tratamento para todos. Alguns presidentes pediram a retirada do veto. Então, por justiça, entendo que o veto dos deputados Carlos Chiodini e Altair Guidi também devam ser retirados de pauta.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Da mesma forma, pela colocação do deputado Marcos Vieira, solicito que o veto dos srs. deputados não presentes em plenário sejam retirados, em respeito aos nossos parlamentares, até porque não estão presentes para fazer a devida defesa dos seus projetos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, talvez v.exa. fixe uma data para a votação de todos esses projetos, não podendo mais ser requerida a retirada de pauta. Talvez seja melhor, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Podemos até estabelecer, mas já estabelecemos outras datas e não ocorreu a votação.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero solicitar a retirada de pauta desse projeto, porque hoje pela manhã estive com o secretário Nelson Antônio Serpa, tendo em vista que o parecer desse veto se embasa numa lei federal que agora não me recordo o número. Mas resolvi estudar essa lei federal, e não há o menor embasamento jurídico nessa lei federal para se pedir o veto dessa matéria.

Então, o governo ficou de avaliar, e na semana que vem voltarei a manter contato, porque não há justificativa plausível para esse veto. Inclusive, o próprio secretário Serpa também achou; por isso, o pedido para a retirada do veto, para que se aguarde o parecer de uma nova avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Retirado todos os vetos da pauta, marcamos por sugestão do deputado Marcos Vieira para a próxima terça-feira, independente de pedido de retirada de veto. Na próxima terça-feira vão ser deliberados todos os vetos.

A Presidência consulta os srs. líderes se há concordância sobre essa questão.

(Os líderes aquiescem.)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Em nível de contribuição à decisão de v.exa., gostaria de dizer que independente da presença ou não do deputado em plenário vamos deliberar na próxima terça-feira, até porque acordamos e para que os deputados não digam: "Ah, eu não estava presente" ou "Por que não me avisaram?" Está definido que na próxima terça-feira vamos ter a deliberação com ou sem a presença dos respectivos autores das matérias que serão analisadas sobre o veto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Nós é que agradecemos. Se os srs. deputados concordarem, vamos colocar extrapauta a votação do PLC n. 0018/2013, do Ministério Público.

A Presidência consulta se há concordância dos srs. líderes para a votação desse projeto.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2013, de autoria do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

Conta com pareceres favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Finanças e da de Trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim	
DEPUTADA ANGELA ALBINO		sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR		
DEPUTADO CARLOS CHIODINI		sim
DEPUTADO CIRO ROZA		sim
DEPUTADO DADO CHEREM		
DEPUTADO DARCI DE MATOS		sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT		sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH		
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI		
DEPUTADO EDISON ANDRINO		sim
DEPUTADO GELSON MERISIO		sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA		sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim	
DEPUTADO MANOEL MOTA		
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		
DEPUTADO RENO CARAMORI		
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	
DEPUTADO SANDRO SILVA		
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	
DEPUTADO SERAFIM VENZON		
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	
DEPUTADO VALMIR COMIN		
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim" e nenhum voto "não".

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0413/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0414/2013 e 0415/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, 0416/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0417/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, 0418/2013, 0419/2013, 0420/2013, 0421/2013, 0422/2013, 0423/2013, 0424/2013, 0425/2013, 0426/2013, 0427/2013, 0428/2013, 0429/2013, 0430/2013 e 0431/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0711/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0713/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0715/2013, 0716/2013, 0717/2013, 0718/2013 e 0719/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0720/2013, de autoria do

deputado Padre Pedro Baldissera; e 0721/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Requerimento n. 0714/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem aos gerentes de empresas de telefonia Vivo, OI, Claro e TIM, pedindo a instalação de antena de telefonia móvel nas localidades de Barra São João, Alto Benedito Novo e Santa Maria, no município de Benedito Novo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0053/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente do Contran, solicitando a revogação imediata das Resoluções n.s 429/12 e 434/13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0054/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo apoio à urgente aprovação do Projeto de Lei n. 0395/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0055/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente do Contran, manifestando contrariedade às resoluções n.s 429/12 e 434/13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0066/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Casa Civil, solicitando informações sobre quais as verbas remuneratórias e respectivos valores, a qualquer título, a exemplo de salários, jetons, ajuda de custo, participação nos lucros das empresas públicas e sociedades de economia mista do estado a que fazem jus os membros dos conselhos que compõem o governo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, pedi a palavra somente para fazer o registro da presença do nosso prefeito de Imaruí, o Manoel, que está hoje visitando esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Nilson

Gonçalves, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, mais uma vez gostaria de registrar e agradecer a presença aqui na Casa, no dia de hoje, do nosso trade turístico de Joinville, que esteve visitando o gabinete dos deputados estaduais da região, especialmente os deputados Kennedy Nunes, Darci de Matos e este deputado. Queremos agradecer a presença da Maria Conceição Junkes, presidente do Núcleo da Ajorteme; do Mário Lobo Filho, presidente da Associação Brasileira de Agência de Viagem de Santa Catarina; do Douglas Hoffmann, da Fundação Turística da prefeitura de Joinville; do Sérgio Roberto Ferreira, diretor presidente da Fundação Turística da prefeitura de Joinville; da Rosicler Dedekino, vice-presidente de núcleos e negócios da Ajorpeme, e da Ana Luíza Moeller Wetzell, do *Convention Bureau* de Joinville e região.

Quero deixar registrada a presença deles, que foi muito importante.

Foi-me perguntado, inclusive, pela jornalista que acompanhava o grupo o que eu penso, como deputado, sobre a questão turística e as reivindicações turísticas da minha região. Eu respondi, e quero que fique registrado, que acho que estamos atrasados há alguns anos em relação a outros países, e quem sabe em relação até ao nosso próprio país. Vemos a região nordeste brasileira com muito mais intensidade turística do que vemos a região norte, por exemplo. Joinville é uma cidade bonita, aconchegante, mas que ainda não tem os atrativos turísticos necessários para atrair pessoas de outros centros, de outras cidades e de outros países para visitá-la.

Quero também registrar, sr. presidente - e é uma pena que o deputado Gilmar Knaesel não esteja mais aqui, o meu companheiro e parceiro de partido que aprovou agora há pouco, por unanimidade... Inclusive, eu ia pedir um aparte, mas não consegui, porque eu queria que fosse, pelo menos, conversado sobre essa questão da obrigatoriedade

de se cantar o Hino de Santa Catarina nos grandes eventos do estado.

Ocorreu-me que eu até tenho recortado aqui o comentário de um determinado jornalista de um jornal de grande circulação de Joinville, que disse assim:

(Passa a ler.)

"Já se torna pura insensatez essa história de leis obrigando a execução de dois hinos antes de jogos de futebol. O belo Hino Nacional, muitas vezes ouvido sem o devido respeito, deveria ser executado apenas em finais ou abertura de campeonatos. Mas já há estados e municípios impondo a execução de duas canções cívicas, e os atletas, com esse frio, obrigados a ficar em posição de sentido para ouvir.

O *Rancho de Amor à Ilha*, aliás, é uma beleza, mas a sua execução obrigatória em jogos de Florianópolis seria, no mínimo, um despautério. Logo viriam propostas oportunistas, hinos de partido político, ou marcha da maconha, etc."

Nós aprovamos, por exemplo, no dia de hoje, a obrigatoriedade da execução do Hino de Santa Catarina nos grandes eventos do estado. Já temos a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional. Quer dizer, então, nesses grandes eventos, primeiro tocará o Hino Nacional, que não é curto, diga-se de passagem, e depois deverá ser executado o Hino de Santa Catarina. Tudo bem! Daqui a pouco poderá aportar por aqui mais uma lei para a execução de mais algum outro hino. Como diz o deputado Kennedy Nunes, daqui a pouco haverá o *Salve o Coríntias* também!

Portanto, temos que ter um pouco de sensatez em relação a essa questão. Eu até sugeriria ao deputado Gilmar Knaesel, já que ele entrou com esse pedido, que o Hino Nacional só fosse tocado, por exemplo, na abertura e no fechamento dos campeonatos e em eventos especiais, e o Hino de Santa Catarina em todas as solenidades importantes do nosso estado, para não ficar essa execução dupla em todos os eventos, o que é realmente cansativo.

Por mais que se goste, por mais que se respeite, por mais que se seja patriota, por mais que se goste do Hino de Santa Catarina, a pessoa ficar em posição de sentido escutando o Hino Nacional inteirinho - porque se fosse tocada somente a primeira estrofe do Hino Nacional, tudo bem - e depois mais o Hino de Santa Catarina, realmente não é fácil.

Dito isso, sr. presidente, quero aproveitar o ensejo também, já que me restam quatro minutos, para registrar que recebemos aqui uma delegação bastante interessante, bastante densa, de moradores da região do vale Itapocu, da nossa grande Joinville.

Essa região do Itapocu, Morro Grande, para quem não conhece, fica entre o município de Joinville, entre Barra Velha/Barra do Sul, fica naquele meio. Fica antes do pedágio. É ali que temos essa população de um número bastante grande de famílias.

A reivindicação deles é simples. E este deputado já levou o projeto, inclusive, ao secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que nos recebe muito bem sempre que vamos lá. Ele já pleiteou junto ao governador o asfaltamento da rodovia que faz parte da rodovia do Encanto, que é a estrada geral do Itapocu, que vem da Barra do sul até a BR-101. Mas não existe dotação orçamentária para executar essa obra. Inclusive, o governador esteve na Barra do Sul e disse da impossibilidade de asfaltar aquele trecho, porque custaria em torno R\$ 60 milhões, R\$ 70 milhões aqueles 28km.

Ontem, juntamente com a comunidade do Itapocu, com aquela outra comunidade também da estrada geral do Morro Grande, conseguimos ver uma luz no fim do túnel, com o secretário Valdir Cobalchini, porque conseguimos provar e mostrar para ele que não vai ser necessário nesse primeiro momento gastar os R\$ 60 milhões. Nós provamos para ele que se o estado asfaltar pelo menos 5km da BR-101, na direção da Barra do Sul, com aqueles primeiros três a 5km que forem asfaltados teremos solucionado o problema de toda aquela comunidade.

Depois desses até 5km temos uma vasta região sem povoamento, sem moradores, até chegar próximo a Salinas, lá na Barra do Sul.

Tivemos a garantia do secretário de estado da Infraestrutura de visitar essa região, para então podermos viabilizar esse asfaltamento. Fiquei muito contente, porque é um anseio, uma angústia daquela população. E não haveria possibilidade de haver alguma esperança, se fossemos colocar os 28km para asfaltamento nesse primeiro momento.

Agora, com essa conversa que tivemos para que se asfalte pelo menos 5km da BR-101, na direção da Barra do Sul, o secretário acabou entendendo como possível. Vai até lá, e vamos ter finalmente, ainda este ano, o início das obras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, faço uma saudação especial ao ex-deputado e conselheiro aqui presente, Otávio Gilson dos Santos, que nos traz grande saudade do seu tempo de tribuna. Para nós é uma honra recebê-lo aqui.

Hoje estive visitando o hospital Governador Celso Ramos. E lembro-me aqui quantas vezes fui procurado por pessoas que tinham parentes, familiares, aguardando uma cirurgia no hospital, principalmente traumatizados, vítimas de acidentes de trânsito.

Nessa visita ao hospital tivemos uma conversa com o diretor, médico especialista em administração hospitalar, Libório Soncini. Ele nos relatava o que tem feito no hospital, nos últimos meses, procurando tornar o atendimento o melhor possível.

Eu sempre disse, pela minha atividade profissional na segurança pública, que as pessoas sempre estão abaladas ao chegarem a dois locais. No hospital, onde vivenciam um caso grave, um caso

de acidente, um caso de doença, e numa delegacia de polícia, numa unidade policial.

Nesses locais as pessoas chegam fragilizadas, vítimas de alguma violência, de algum problema, e precisam de um bom atendimento. E o hospital Governador Celso Ramos tem um excelente atendimento. São 1.500 funcionários, um grande número de funcionários, que se desdobram para dar um atendimento de qualidade.

Nós tínhamos no Hospital Celso Ramos 80 leitos. A capacidade máxima do hospital seria de 200 leitos. Hoje existem 225 leitos em atendimento, em funcionamento. Ou seja, foi possível organizar de uma forma que o número previsto, que era o máximo, esteja hoje superado e dando atendimento à população.

As salas de cirurgia também foram ampliadas, os leitos de UTI foram ampliados, e passam hoje pelo Hospital Celso Ramos, diariamente, em torno de três mil pessoas, entre quem recebe atendimento, familiares, visitas. Então, é um número muito grande de atendimentos e de pessoas que passam pelo hospital.

O hospital está com a sua plena capacidade na área de UTI, na área de cirurgia, na enfermaria, então tem conseguido dar esse atendimento.

Na emergência, há seis meses, a informação é de que muitas vezes 70 a 90 pessoas ficavam nos corredores aguardando cirurgia, aguardando um quarto, que agora baixou para uma média de 20 pessoas.

O hospital tem um movimento muito grande. A todo instante chegam ambulâncias, chegam pessoas feridas, trazidas por particulares, mas conseguiu diminuir aqueles caos de quase 100 pessoas nos corredores. E não deveria ter nenhuma pessoa no corredor; é isso que deseja a administração, os enfermeiros, os médicos, mas como a demanda é muito grande, isso acontece ainda.

A questão dos traumas das cirurgias, segundo o diretor Libório Soncini, o hospital recebe em média uma pessoa traumatizada para atendimento a cada 40 minutos.

São necessárias em média 14 cirurgias por dia de traumatismo em vítimas de acidentes. O hospital tem conseguido dinamizar essas cirurgias; inclusive, hoje se verifica as dificuldades impostas pela Lei de Licitações, e eles precisam de um regime especial de compras. Para a Copa do Mundo há um regime especial, mas não temos para resolver a questão da saúde.

O hospital precisa hoje adquirir 12 leitos, tem local para recebê-los, e há uma burocracia gigante para que o hospital possa fazer a aquisição dessas camas. O objetivo desses leitos é reduzir o tempo de espera das pessoas aguardando uma cirurgia. Esses 14 atendimentos têm sido resolvidos, ficando lá raramente uma ou duas cirurgias para o dia seguinte.

Então, esse é um trabalho de administração, dos médicos, dos enfermeiros, enfim, de todo o corpo clínico. Imaginem as pessoas com traumatismo aguardando numa maca, no corredor do hospital, e às vezes, pior, a pessoa volta para sua residência e aguarda ser chamada para quando o hospital tiver condições de fazer a cirurgia.

Há uma preocupação muito grande da administração do Hospital Celso Ramos em minimizar essas dificuldades e melhorar o atendimento. Hoje o hospital não tem mais enviado as pessoas para as suas residências, para ficarem no aguardo da cirurgia.

Eu fiz uma visita ao Hospital Celso Ramos e não sou da comissão de Saúde da Assembleia; fiz por conhecer o diretor do hospital, até por uma matéria que foi divulgada de que os pacientes e funcionários estariam sem água. É uma inverdade que foi esclarecida pelo diretor.

Quando as pessoas têm um direito seu atingido, têm por norma reclamar. Em cada andar do hospital, havia uma cantina, onde os servidores faziam suas refeições. E a Vigilância Sanitária não permite isso, por motivo de higiene e de contaminação. O hospital que já queria fechar essas cantinas agora recebeu a notificação desse órgão, e o diretor determinou para que não funcionassem mais. É claro, tem um refeitório-geral, e os funcionários

têm que se deslocar. Isso causou algum tipo de descontentamento, mas tem que ser entendido pelos servidores, porque é uma necessidade do hospital.

Então, quando o paciente começou a pedir água, responderam que teria somente no refeitório. O diretor então tem a preocupação, inclusive, se necessário, de colocar bebedouros, para que não haja qualquer tipo de dificuldade.

O Hospital Celso Ramos presta um serviço muito importante, relevante, à sociedade catarinense e à nossa população e não pode ter a sua imagem maculada perante a opinião pública.

Então, temos que ressaltar, sim, o grande serviço de todos os servidores médicos e da administração do Hospital Celso Ramos em prol da população de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Serafim Venzon, deputado Maurício Eskudlark, deputado Padre Pedro Baldissera, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Digital, gostaria de usar este tempo, sr. presidente, para fazer um registro especial, pois estou chegando da nossa bonita cidade de Piratuba, onde estava mais uma vez recebendo os líderes da Assembleia de Deus do estado de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, quando juntos fazemos a convenção das Assembleias de Deus de Santa Catarina e sudoeste do Paraná.

Ontem, o deputado Ismael dos Santos esteve lá acompanhando o governador Raimundo Colombo, no ato que regulamentou uma lei que aprovamos aqui, em 2010, de autoria da ex-deputada Odete de Jesus, que isenta de ICMS as contas de energia elétrica dos templos religiosos, sejam eles de todas as denominações.

Então, quero fazer o meu registro de agradecimento ao governador que esteve prestigiando a 72ª Sessão Ordinária da Convenção

Ordinária da Ciadescp, a convenção dos pastores das Assembleias de Deus em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná.

Sr. presidente, gostaria que pudesse ser enviado um documento da Assembleia Legislativa parabenizando a renovação do mandato desta junta executiva:

Presidente - pastor João Ceno Ohlweiler, reeleito por mais dois anos, pastor presidente da cidade de Criciúma;

Vice-presidente - pastor Nilton dos Santos - presidente da Assembleia de Deus da cidade de Blumenau. É irmão do deputado Ismael dos Santos;

Secretário-geral - pastor Sérgio Melfior, que é o presidente da Assembleia de Deus da cidade de Joinville, da qual faço parte;

Primeiro-tesoureiro - pastor Cesino Bernardino, presidente da Assembleia de Deus da cidade de Camboriú e presidente dos Gideões Missionários da Última Hora.

Peço também uma mensagem parabenizando a renovação do mandato da Caixa de Missões, Caixa de Socorro. A Ciadescp é presidida pelo pastor Ezequiel Montanha, da cidade de São José.

Então, a todos os membros da convenção que foram reeleitos de forma democrática, e somente dois, sr. presidente, tanto o presidente João Ceno Ohlweiler como primeiro-secretário, foram por aclamação. O restante se elegeu por voto direto, quando eles renovaram mais uma vez o seu mandato pelos próximos dois anos, ou seja, o biênio 2013/2015.

Quero deixar mais uma vez os parabéns!

Havia no ginásio, na parte de cima, sr. presidente, 1.350 líderes da igreja, e embaixo estavam as esposas. Afinal de contas, neste ano, o nosso grupo está completando 40 anos de atividade, e surgiu em Santa Catarina.

Tenho a grata satisfação de ter recebido, dos 293 municípios, votos em 289 municípios, pelo papel e pelo envolvimento que temos dentro desse contexto da Assembleia de Deus, aqui, em Santa Catarina.

Então, deixo aqui o meu registro mais uma vez. E que bom ver que o povo está unido, muito perceptivo a este momento que o Brasil está passando. Sabemos que o papel da igreja como um todo, do corpo de Cristo como um todo, é muito importante neste momento que as pessoas estão colocando para fora os seus sentimentos. E a igreja precisa também saber qual o seu papel neste momento que estamos vivendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, pára amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.